

# CURSO DE PROCESSO CIVIL

COMPLETO

3ª Edição

Revista, atualizada e ampliada

Eduardo Cambi

Rogéria Dotti

Paulo Eduardo d'Arce Pinheiro

Sandro Gilbert Martins

Sandro Marcelo Kozikoski

Visual Law

THOMSON REUTERS®

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™

1912 • 2022

110  
ANOS

STJ00114498  
**Curso de Processo Civil Completo**

EDUARDO CAMBI  
ROGÉRIA DOTTI  
PAULO EDUARDO D'ARCE PINHEIRO  
SANDRO GILBERT MARTINS  
SANDRO MARCELO KOZIKOSKI

3ª edição revista, atualizada e ampliada

1ª edição: 2017; 2ª edição: 2019.

© desta edição [2022]

**THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.**

JULIANA MAYUMI ONO  
*Diretora Responsável*

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia  
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seus trabalhos.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS  
(atendimento, em dias úteis, das 9 às 18 horas)

Tel. 0800-702-2433

*e-mail* de atendimento ao consumidor: [sacr@thomsonreuters.com](mailto:sacr@thomsonreuters.com)

*e-mail* para submissão dos originais: [aval.livro@thomsonreuters.com](mailto:aval.livro@thomsonreuters.com)

Conheça mais sobre Thomson Reuters: [www.thomsonreuters.com.br](http://www.thomsonreuters.com.br)

Acesse o nosso *eComm*

[www.livrariart.com.br](http://www.livrariart.com.br)

Impresso no Brasil [03-2022]

Profissional/ Universitário

Fechamento desta edição [31.01.2022]



ISBN 978-65-5991-307-7

# SUMÁRIO

---

|                     |    |
|---------------------|----|
| AGRADECIMENTOS..... | 5  |
| APRESENTAÇÃO.....   | 41 |

## PARTE I – PARTE GERAL

### 1 – CONCEITO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

|   |    |
|---|----|
| 1.1. Objetivo e natureza do direito processual civil.....                 | 45 |
| 1.2. Direito processual civil constitucional.....                         | 46 |
| 1.3. Ciência processual, formalismo e realização do direito material..... | 47 |

### 2 – FONTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

|   |    |
|---|----|
| 2.1. Fontes tradicionais e a evolução do direito processual civil.....  | 49 |
| 2.2. A lei processual, a Constituição e os tratados internacionais..... | 50 |
| 2.3. Os costumes.....   | 51 |
| 2.4. A doutrina.....  | 52 |
| 2.5. A jurisprudência.....  | 52 |

### 3 – NORMAS FUNDAMENTAIS

|   |    |
|---|----|
| 3.1. O modelo constitucional e o sentido das normas fundamentais.....                             | 55 |
| 3.2. O acesso à tutela jurisdicional adequada.....  | 56 |
| 3.3. A razoável duração do processo, a primazia do mérito e a satisfação do direito material..... | 58 |
| 3.4. A boa-fé objetiva.....   | 61 |
| 3.5. A cooperação processual.....   | 63 |
| 3.6. Isonomia e paridade processual.....  | 65 |
| 3.7. Proporcionalidade, razoabilidade, legalidade e eficiência.....                               | 66 |
| 3.8. Contraditório efetivo.....   | 67 |
| 3.9. Publicidade e motivação.....   | 71 |
| 3.10. Ordem cronológica.....  | 72 |

### 4 – PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO CIVIL

|   |    |
|---|----|
| 4.1. A importância dos princípios.....                                    | 75 |
| 4.2. Princípio do acesso à justiça ou inafastabilidade da jurisdição..... | 75 |

## 10 CURSO DE PROCESSO CIVIL COMPLETO

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 4.3.  | Princípio dispositivo .....                       | 76 |
| 4.4.  | Princípio do devido processo legal .....          | 76 |
| 4.5.  | Princípio da isonomia .....                       | 77 |
| 4.6.  | Princípio do contraditório e da ampla defesa..... | 78 |
| 4.7.  | Princípio do juiz natural.....                    | 79 |
| 4.8.  | Princípio do duplo grau de jurisdição .....       | 80 |
| 4.9.  | Princípio da publicidade e motivação.....         | 81 |
| 4.10. | Princípio da razoável duração do processo.....    | 81 |
| 4.11. | Princípio da vedação das provas ilícitas.....     | 82 |
| 4.12. | Princípio da assistência judicial gratuita .....  | 83 |

## 5 – APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

|      |  |    |
|------|--|----|
| 5.1. | Lei processual no tempo.....           | 85 |
| 5.2. | Lei processual no espaço .....         | 88 |
| 5.3. | Aplicação supletiva e subsidiária..... | 88 |

6 – INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL:  
JURISDIÇÃO, AÇÃO E PROCESSO

|      |                  |    |
|------|------------------|----|
| 6.1. | Jurisdição ..... | 91 |
| 6.2. | Ação .....       | 93 |
| 6.3. | Processo .....   | 96 |

## 7 – LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 7.1. | Atuação concorrente da autoridade judiciária brasileira ..... | 99  |
| 7.2. | Atuação exclusiva da autoridade judiciária brasileira.....    | 100 |
| 7.3. | Litispêndência e cláusula de eleição de foro .....            | 100 |

## 8 – COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

|      |                                   |     |
|------|-----------------------------------|-----|
| 8.1. | Noções gerais e pressupostos..... | 101 |
| 8.2. | Objeto da cooperação .....        | 102 |
| 8.3. | Meios de cooperação .....         | 102 |

## 9 – COMPETÊNCIA

|        |  |     |
|--------|--|-----|
| 9.1.   | Conceito de competência .....  | 105 |
| 9.2.   | O princípio da competência-competência.....                                | 106 |
| 9.3.   | Critérios de competência.....  | 106 |
| 9.3.1. | Competência territorial .....  | 108 |
| 9.3.2. | Competência funcional.....   | 110 |
| 9.3.3. | Competência objetiva com base no valor da causa .....                      | 111 |
| 9.3.4. | Competência objetiva em razão da pessoa ( <i>ratione personae</i> ).....   | 112 |
| 9.3.5. | Competência objetiva em razão da matéria ( <i>ratione materiae</i> ) ..... | 113 |
| 9.4.   | Modificação da competência .....   | 114 |
| 9.5.   | Prevenção.....   | 116 |

|      |  |     |
|------|--|-----|
| 9.6. | Perpetuação da competência ( <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> ) ..... | 116 |
| 9.7. | Conflito de competência .....  | 118 |

## 10 – COOPERAÇÃO NACIONAL

|       |                                     |     |
|-------|-------------------------------------|-----|
| 10.1. | Formas de cooperação nacional ..... | 121 |
|-------|-------------------------------------|-----|

## 11 – MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| 11.1. | Arbitragem .....  | 125 |
| 11.2. | Conciliação .....   | 127 |
| 11.3. | Mediação .....  | 128 |
| 11.4. | Outras formas de composição extrajudicial de litígios ..... | 129 |

## 12 – SUJEITOS PROCESSUAIS

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 12.1.     | Partes .....  | 131 |
| 12.1.1.   | Conceito .....  | 131 |
| 12.1.2.   | Capacidade de ser parte .....   | 131 |
| 12.1.3.   | Capacidade de estar em juízo ou capacidade processual .....                             | 134 |
| 12.1.4.   | Capacidade postulatória .....   | 136 |
| 12.2.     | Sucessão processual .....   | 138 |
| 12.2.1.   | Conceito .....  | 138 |
| 12.2.2.   | Sucessão das partes por ato <i>inter vivos</i> ou <i>causa mortis</i> .....             | 138 |
| 12.2.3.   | Distinção entre sucessão processual e substituição .....                                | 139 |
| 12.2.4.   | Sucessão dos procuradores .....   | 140 |
| 12.3.     | Litisconsórcio .....  | 141 |
| 12.3.1.   | Conceito .....  | 141 |
| 12.3.2.   | Classificação .....   | 141 |
| 12.3.2.1. | Critério da posição processual. Litisconsórcio ativo, passivo ou misto .....            | 141 |
| 12.3.2.2. | Critério do momento da formação. Litisconsórcio inicial ou ulterior .....               | 142 |
| 12.3.2.3. | Critério da obrigatoriedade da formação. Litisconsórcio facultativo ou necessário ..... | 142 |
| 12.3.2.4. | Critério da uniformidade do tratamento. Litisconsórcio simples ou unitário .....        | 143 |
| 12.3.3.   | Razões do litisconsórcio e limitação do número de litisconsortes .....                  | 144 |
| 12.3.4.   | Regime jurídico .....   | 145 |
| 12.4.     | Intervenção de terceiros .....  | 146 |
| 12.4.1.   | Conceito .....  | 146 |
| 12.4.2.   | Assistência simples e litisconsorcial .....   | 148 |
| 12.4.3.   | Denúnciação da lide .....   | 150 |
| 12.4.4.   | Chamamento ao processo .....  | 152 |
| 12.4.5.   | Incidente de desconsideração de personalidade jurídica .....                            | 153 |

## 12 CURSO DE PROCESSO CIVIL COMPLETO

|         |  |     |
|---------|--|-----|
| 12.4.6. | <i>Amicus Curiae</i> .....   | 156 |
| 12.5.   | Deveres dos sujeitos processuais .....   | 159 |
| 12.5.1. | Deveres das partes, dos procuradores e de todos que participam do processo ..... | 159 |
| 12.5.2. | Responsabilidade das partes e litigância de má-fé .....                          | 162 |
| 12.5.3. | Despesas .....   | 164 |
| 12.5.4. | Honorários de sucumbência .....  | 167 |
| 12.5.5. | Gratuidade da justiça .....  | 179 |
| 12.6.   | Juiz .....   | 181 |
| 12.6.1. | Poderes e deveres do juiz .....  | 181 |
| 12.6.2. | Responsabilidade do juiz .....   | 185 |
| 12.6.3. | Impedimento e suspeição .....  | 185 |
| 12.7.   | Auxiliares da justiça .....  | 188 |
| 12.7.1. | Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça .....                         | 188 |
| 12.7.2. | Perito .....   | 189 |
| 12.7.3. | Depositário, administrador, intérprete e tradutor .....                          | 190 |
| 12.7.4. | Conciliadores e mediadores judiciais .....                                       | 190 |
| 12.8.   | Ministério Público .....   | 193 |
| 12.9.   | Advocacia Privada .....  | 196 |
| 12.10.  | Advocacia Pública .....  | 198 |
| 12.11.  | Defensoria Pública .....   | 199 |

## 13 – ATOS PROCESSUAIS

|         |   |     |
|---------|---|-----|
| 13.1.   | Conceito .....                                    | 201 |
| 13.2.   | Forma dos atos processuais .....                  | 202 |
| 13.2.1. | Formalismo e instrumentalidade das formas .....   | 202 |
| 13.2.2. | Publicidade .....                                 | 203 |
| 13.2.3. | Prática eletrônica dos atos processuais .....     | 204 |
| 13.3.   | Atos das partes .....                             | 207 |
| 13.4.   | Atos do juiz .....                                | 209 |
| 13.4.1. | Despacho, decisão interlocutória e sentença ..... | 210 |
| 13.4.2. | Formas dos atos do juiz .....                     | 213 |
| 13.5.   | Atos do escrivão ou chefe de secretaria .....     | 213 |

## 14 – NEGÓCIOS PROCESSUAIS

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| 14.1. | Conceito e aplicação dos negócios processuais .....         | 215 |
| 14.2. | Âmbito de incidência: processo e procedimento .....         | 218 |
| 14.3. | Poderes, deveres, ônus e faculdades processuais .....       | 218 |
| 14.4. | Negócios unilaterais e bilaterais .....                     | 219 |
| 14.5. | Requisitos dos negócios processuais .....                   | 219 |
| 14.6. | Controle judicial: eficácia, nulidade e anulabilidade ..... | 221 |
| 14.7. | Recurso cabível .....                                       | 223 |
| 14.8. | Preclusão .....   | 223 |

## 15 – CALENDÁRIO PROCESSUAL

|  |     |
|--|-----|
| 15.1. Atos das partes em conjunto com o juiz e vinculação..... | 225 |
| 15.2. Dispensa do requisito da autocomposição.....             | 225 |

## 16 – TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS

|  |     |
|--|-----|
| 16.1. Regra geral do momento para a prática dos atos ..... | 227 |
| 16.2. As exceções legais.....                              | 227 |
| 16.3. Férias forenses e feriados.....                      | 228 |

## 17 – LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

|   |     |
|---|-----|
| 17.1. Regra geral e situações excepcionais.....                           | 231 |
| 17.2. Deferência, interesse da justiça, natureza do ato ou obstáculo..... | 231 |

## 18 – PRAZOS PROCESSUAIS

|   |     |
|---|-----|
| 18.1. Conceito e objetivo dos prazos processuais.....   | 233 |
| 18.2. Classificação: prazos legais, judiciais ou convencionais; prazos próprios ou impróprios; prazos dilatatórios e peremptórios ..... | 234 |
| 18.3. Contagem, termo inicial, termo final e prorrogação dos prazos.....  | 235 |
| 18.4. Modificação, suspensão e interrupção dos prazos processuais .....   | 242 |
| 18.5. Preclusão, justa causa e restituição do prazo .....   | 244 |

## 19 – COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

|  |     |
|--|-----|
| 19.1. Importância da comunicação e respeito ao contraditório ..... | 247 |
| 19.2. Comunicação entre órgãos jurisdicionais: as cartas.....      | 247 |
| 19.3. Citação .....  | 249 |
| 19.3.1. Conceito .....   | 249 |
| 19.3.2. Efeitos da citação .....                                   | 251 |
| 19.3.3. Modalidades de citação.....                                | 252 |
| 19.3.4. Procedimento da citação por edital .....                   | 256 |
| 19.4. Intimação .....  | 258 |

## 20 – NULIDADES PROCESSUAIS

|  |     |
|--|-----|
| 20.1. Existência, validade e eficácia dos atos processuais ..... | 263 |
| 20.2. Espécies de nulidades.....                                 | 264 |
| 20.3. Regime de nulidades no CPC/2015 .....                      | 266 |

## 21 – DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO

|   |     |
|---|-----|
| 21.1. Objetivos da distribuição e registro .....              | 271 |
| 21.2. Distribuição livre e distribuição por dependência ..... | 272 |

## 22 – VALOR DA CAUSA

|  |     |
|--|-----|
| 22.1. Obrigatoriedade de fixação e critérios objetivos ..... | 275 |
| 22.2. Impugnação e correção do valor da causa.....           | 277 |

## 23 – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

|          |   |     |
|----------|---|-----|
| 23.1.    | Formação do processo e estabilização da demanda .....           | 279 |
| 23.2.    | Suspensão do processo .....                                     | 280 |
| 23.2.1.  | Conceito de suspensão, classificação e efeitos.....             | 280 |
| 23.2.2.  | Morte ou perda da capacidade processual .....                   | 282 |
| 23.2.3.  | Convenção das partes .....                                      | 282 |
| 23.2.4.  | Arguição de impedimento ou suspeição de juiz .....              | 283 |
| 23.2.5.  | Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas..... | 283 |
| 23.2.6.  | Questão prejudicial objeto de outro processo .....              | 284 |
| 23.2.7.  | Fatos e provas .....  | 284 |
| 23.2.8.  | Motivo de força maior .....                                     | 285 |
| 23.2.9.  | Acidentes e fatos de competência do Tribunal Marítimo .....     | 285 |
| 23.2.10. | Outros casos regulados pelo Código .....                        | 286 |
| 23.2.11. | Fato delituoso .....  | 286 |
| 23.2.12. | Parto ou adoção pela advogada que for a única patrona .....     | 286 |
| 23.2.13. | Paternidade do advogado que for o único patrono .....           | 287 |
| 23.3.    | Extinção do processo.....                                       | 287 |

## PARTE II – TUTELA PROVISÓRIA

## 1 – TUTELA PROVISÓRIA

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| 1.1.     | Conceito de tutela jurisdicional .....   | 289 |
| 1.2.     | Estruturação da tutela provisória no Novo Código de Processo Civil.....              | 290 |
| 1.3.     | Forma do requerimento das tutelas provisórias.....                                   | 292 |
| 1.4.     | Momento da concessão da tutela provisória .....                                      | 293 |
| 1.5.     | Competência e tutela provisória .....  | 294 |
| 1.6.     | Legitimidade para requer a tutela provisória .....                                   | 295 |
| 1.7.     | Tutela provisória de ofício .....  | 296 |
| 1.8.     | Efetivação da tutela provisória.....   | 298 |
| 1.9.     | Tutela de urgência.....  | 303 |
| 1.9.1.   | Diferenças e semelhanças entre tutela cautelar e antecipada .....                    | 303 |
| 1.9.2.   | Fungibilidade entre as tutelas provisórias (cautelar e antecipada) .....             | 305 |
| 1.9.3.   | Requisitos para a concessão da tutela de urgência .....                              | 306 |
| 1.9.3.1. | Probabilidade do direito .....   | 306 |
| 1.9.3.2. | Requisitos alternativos: perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo ..... | 308 |
| 1.9.3.3. | Perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão .....                             | 309 |
| 1.10.    | Tutela antecipada.....   | 314 |
| 1.11.    | Tutela antecipada requerida em caráter antecedente .....                             | 315 |
| 1.12.    | Estabilização da tutela antecipada .....   | 317 |
| 1.13.    | Tutela antecipada e provimentos jurisdicionais.....                                  | 329 |
| 1.13.1.  | Antecipação da tutela condenatória .....   | 329 |



|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 1.13.2.   | Antecipação das tutelas declaratória e constitutiva .....   | 329 |
| 1.13.3.   | Antecipação das tutelas mandamentais e executivas .....   | 330 |
| 1.13.4.   | Tutela antecipada nos procedimentos especiais .....   | 331 |
| 1.13.5.   | Tutela antecipada no procedimento monitório .....   | 332 |
| 1.14.     | Tutela provisória no âmbito recursal .....  | 333 |
| 1.14.1.   | Tutela provisória contra decisões de primeiro grau .....  | 333 |
| 1.14.2.   | Tutela provisória recursal contra decisões de Tribunais com competência originária .....            | 335 |
| 1.14.3.   | Tutela provisória para a obtenção de efeito suspensivo nos recursos especial e extraordinário ..... | 336 |
| 1.15.     | Tutela provisória na ação rescisória .....  | 337 |
| 1.16.     | Tutela provisória em face da Fazenda Pública .....  | 338 |
| 1.17.     | Efetivação da tutela cautelar .....   | 342 |
| 1.18.     | Tutela cautelar requerida em caráter antecedente .....  | 344 |
| 1.19.     | Tutela da evidência .....   | 349 |
| 1.19.1.   | Conceito .....  | 349 |
| 1.19.2.   | Diferenciação entre as tutelas da evidência e de urgência – Fungibilidade .....                     | 350 |
| 1.19.3.   | Hipóteses de concessão da tutela de evidência .....   | 353 |
| 1.19.3.1. | Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.....                          | 353 |
| 1.19.3.2. | Tutela de evidência documentada fundada em precedente obrigatório .....                             | 356 |
| 1.19.3.3. | Tutela de evidência reipersecutória no contrato de depósito.....                                    | 357 |
| 1.19.3.4. | Tutela de evidência de documento suficiente e incontroverso .....                                   | 358 |

### PARTE III – PROCESSO DE CONHECIMENTO – PROCEDIMENTO COMUM

#### 1 – PROCESSO E PROCEDIMENTO

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 1.1. | Noções de processo e procedimento .....             | 361 |
| 1.2. | Processo de conhecimento e procedimento comum ..... | 362 |

#### 2 – PETIÇÃO INICIAL

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| 2.1.       | Conceito e funções .....   | 365 |
| 2.2.       | Requisitos da petição inicial .....  | 366 |
| 2.2.1.     | Requisitos intrínsecos .....   | 366 |
| 2.2.1.1.   | O juízo a que é dirigida .....   | 366 |
| 2.2.1.2.   | Os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu..... | 368 |
| 2.2.1.3.   | O fato e os fundamentos jurídicos do pedido .....  | 372 |
| 2.2.1.4.   | O pedido com as suas especificações .....  | 375 |
| 2.2.1.4.1. | Conceito .....   | 375 |
| 2.2.1.5.   | Extensões do pedido.....   | 376 |

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| 2.2.1.5.1. | Pedido certo e determinado.....  | 376 |
| 2.2.1.5.2. | Pedido certo.....  | 376 |
| 2.2.1.5.3. | Interpretação do pedido.....   | 378 |
| 2.2.1.5.4. | Pedido determinado.....  | 380 |
| 2.2.1.5.5. | Cumulação de pedidos.....  | 383 |
| 2.2.1.5.6. | Alteração de pedidos ou de causas de pedir.....  | 387 |
| 2.2.1.6.   | O valor da causa.....  | 389 |
| 2.2.1.7.   | As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....  | 396 |
| 2.2.1.8.   | A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.....  | 397 |
| 2.2.1.9.   | Desfecho.....  | 398 |
| 2.2.2.     | Requisitos extrínsecos.....  | 399 |
| 2.2.2.1.   | Juntada dos documentos indispensáveis.....   | 399 |
| 2.2.2.2.   | Juntada de procuração.....   | 401 |
| 2.2.2.3.   | Adiantamento de custas.....  | 403 |
| 2.2.3.     | Pedido de gratuidade judiciária.....   | 404 |
| 2.3.       | Do deferimento e do indeferimento da petição inicial.....  | 404 |
| 2.4.       | Emenda ou complementação da petição inicial.....   | 409 |
| 2.5.       | Efeitos do ajuizamento da petição inicial.....   | 411 |
| 2.6.       | Improcedência liminar do pedido.....   | 412 |
| 2.6.1.     | Técnica de agilização do julgamento do mérito.....   | 412 |
| 2.6.2.     | Requisitos para a aplicação do art. 322 do CPC.....  | 413 |
| 2.6.3.     | Julgamento <i>prima facie</i> e julgamento antecipado do mérito.....   | 417 |
| 2.6.4.     | Julgamento <i>prima facie</i> e acesso à justiça.....  | 418 |
| 2.6.5.     | A técnica do art. 332 do CPC e a impossibilidade do juiz proferir sentença de improcedência parcial ou de procedência do pedido..... | 418 |
| 2.6.6.     | Cúmulo de demandas e a aplicação do art. 332 do CPC.....   | 418 |
| 2.6.7.     | Apelação e juízo de retratação.....  | 419 |
| 2.6.8.     | Aplicação extensiva da técnica do art. 332 do CPC.....   | 421 |

### 3 – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO

|      |  |     |
|------|--|-----|
| 3.1. | Introdução.....  | 423 |
| 3.2. | Acesso à ordem jurídica justa.....   | 424 |
| 3.3. | Desacesso à justiça.....   | 424 |
| 3.4. | Objetivos dos meios alternativos de solução de conflitos.....  | 425 |
| 3.5. | Meios alternativos de solução de conflitos adotados pelo Novo Código de Processo Civil (CPC).....                  | 426 |
| 3.6. | Características dos meios alternativos de solução dos litígios.....  | 429 |
| 3.7. | Cultura da pacificação social.....   | 432 |
| 3.8. | Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário..... | 434 |
| 3.9. | Política Nacional de Incentivo à autocomposição no âmbito do Ministério Público.....                               | 435 |

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| 3.10. | Ética do Advogado .....  | 437 |
| 3.11. | Atuação prioritária da Defensoria Pública na solução extrajudicial dos litígios.....                         | 439 |
| 3.12. | Papel da Advocacia Pública na autocomposição de conflitos envolvendo pessoa jurídica de Direito Público..... | 440 |
| 3.13. | Arbitragem.....  | 442 |
| 3.14. | Conciliação .....  | 444 |
| 3.15. | Mediação.....  | 446 |
| 3.16. | Mediação em litígio coletivo pela posse ou pela propriedade de imóvel .....                                  | 449 |
| 3.17. | Compromisso de ajustamento de conduta.....   | 450 |
| 3.18. | Conciliadores judiciais e mediadores .....   | 451 |
| 3.19. | Conciliadores e mediadores extrajudiciais .....  | 454 |
| 3.20. | Urgência na obtenção da tutela jurisdicional antecipada.....   | 456 |
| 3.21. | Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....  | 456 |
| 3.22. | Produção antecipada da prova.....  | 457 |
| 3.23. | Requisitos para a designação de audiência de conciliação ou de mediação .....                                | 457 |
| 3.24. | Facultatividade da audiência de conciliação ou de mediação .....   | 465 |
| 3.25. | Autocomposição de conflitos e utilização da arbitragem pelo Poder Público .....                              | 467 |
| 3.26. | Agendamento da audiência e comunicação das partes.....   | 471 |
| 3.27. | Negócios jurídicos processuais.....  | 472 |
| 3.28. | Não comparecimento das partes e/ou dos advogados .....   | 474 |
| 3.29. | Resultados possíveis da audiência de conciliação ou de mediação.....   | 475 |
| 3.30. | Organização e saneamento do processo.....  | 476 |
| 3.31. | Tentativa posterior de conciliação e de mediação .....   | 477 |
| 3.32. | Audiência de conciliação ou de mediação por meio eletrônico.....   | 477 |

#### 4 – A RESPOSTA DO RÉU: CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO

|          |   |     |
|----------|---|-----|
| 4.1.     | Da defesa do réu: aspectos gerais .....                   | 479 |
| 4.1.1.   | Bilateralidade do processo.....                           | 479 |
| 4.1.2.   | Classificação da defesa .....                             | 480 |
| 4.1.3.   | Modalidades de resposta do réu .....                      | 482 |
| 4.1.4.   | Início do prazo e efeitos da litispendência.....          | 483 |
| 4.1.5.   | Dispensa da citação e antecipação do início do prazo..... | 484 |
| 4.1.6.   | Formas de apresentação das respostas .....                | 485 |
| 4.2.     | Da contestação .....                                      | 489 |
| 4.2.1.   | Conceito e abrangência.....                               | 489 |
| 4.2.2.   | Aspectos formais da contestação.....                      | 490 |
| 4.2.3.   | Prazo para a contestação .....                            | 491 |
| 4.2.4.   | Ônus de contestar e princípio da eventualidade.....       | 495 |
| 4.2.5.   | Preliminares (CPC, art. 337).....                         | 497 |
| 4.2.5.1. | Outras questões quanto às preliminares .....              | 514 |
| 4.2.6.   | Defesas substanciais.....                                 | 515 |
| 4.2.7.   | Revelia .....   | 519 |

|  |   |     |
|--|---|-----|
| 4.2.7.1.   | Conceito.....   | 519 |
| 4.2.7.2.   | Efeitos .....   | 520 |
| 4.2.7.3.   | Não aplicação do efeito material da revelia .....   | 523 |
| 4.2.8.   | Alegações posteriores à contestação.....  | 527 |
| 4.2.9.   | Especificação das provas e juntada dos documentos pelo réu .....  | 530 |
| 4.2.10.  | Procuração e endereço do advogado do réu .....  | 531 |
| 4.3.   | Reconvenção .....   | 532 |
| 4.3.1.   | Introdução .....  | 532 |
| 4.3.2.   | Conceito, natureza jurídica e características .....   | 533 |
| 4.3.3.   | Fundamentos da reconvenção .....  | 534 |
| 4.3.4.   | Distinção entre a reconvenção e outros institutos .....   | 535 |
| 4.3.4.1.   | Compensação e reconvenção.....  | 535 |
| 4.3.4.2.   | Exceções materiais e reconvenção .....  | 535 |
| 4.3.4.3.   | Ação declaratória incidental e reconvenção.....   | 536 |
| 4.3.5.   | Pressupostos da reconvenção.....  | 538 |
| 4.3.5.1.   | Pressupostos gerais.....  | 538 |
| 4.3.5.2.   | Pressupostos específicos.....   | 539 |
| 4.3.5.3.   | Reconvenções sucessivas.....  | 546 |
| 4.3.6.   | Autonomia da reconvenção em relação à ação principal .....  | 547 |
| 4.3.7.   | Recursos na reconvenção .....   | 548 |
| 5 – FASE ORDINATÓRIA: PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO |   |     |
| 5.1.   | Introdução.....   | 551 |
| 5.2.   | Atividades desenvolvidas na fase ordinatória .....  | 552 |
| 5.3.   | Estruturação da fase ordinatória.....   | 553 |
| 5.4.   | Das providências preliminares .....   | 553 |
| 5.4.1.   | Introdução .....  | 553 |
| 5.4.2.   | Hipóteses surgidas no caso de ausência de contestação.....  | 554 |
| 5.4.3.   | Hipóteses surgidas quando o réu apresenta a contestação.....  | 554 |
| 5.5.   | Do julgamento conforme o estado do processo .....   | 558 |
| 5.5.1.   | Introdução .....  | 558 |
| 5.5.2.   | Hipóteses de julgamento conforme o estado do processo.....  | 558 |
| 5.5.3.   | Do julgamento antecipado do mérito.....   | 561 |
| 5.5.3.1.   | O ponto de equilíbrio entre as exigências impostas pelos princípios da celeridade, economia e concentração processuais, o direito à prova e a obtenção de decisões justas ..... | 561 |
| 5.5.3.2.   | Hipóteses de julgamento antecipado do mérito .....  | 566 |
| 5.5.3.3.   | Julgamento antecipado do mérito e cerceamento de defesa .....   | 571 |
| 5.5.3.4.   | Julgamento antecipado parcial de mérito.....  | 573 |
| 5.6.   | Saneamento e organização do processo .....  | 576 |
| 5.6.1.   | Introdução .....  | 576 |
| 5.6.2.   | Objeto.....   | 577 |

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| 5.6.3. | Saneamento do processo .....  | 577 |
| 5.6.4. | Organização da prova.....   | 578 |
| 5.6.5. | Delimitação das questões de direito relevantes para a decisão do mérito.....                  | 587 |
| 5.6.6. | Outras formas de colaboração processual durante o saneamento e a organização do processo..... | 588 |

## 6 – PROVAS: TEORIA GERAL DA PROVA

|          |   |     |
|----------|---|-----|
| 6.1.     | Introdução.....   | 591 |
| 6.2.     | Conceito de prova .....   | 592 |
| 6.3.     | Elementos de prova ou informativos .....  | 593 |
| 6.3.1.   | Observância do contraditório como condição de validade e eficácia da prova judicial ..... | 593 |
| 6.3.2.   | Decisões urgentes e contraditório postecipado .....                                       | 595 |
| 6.3.3.   | Sigilo na produção dos elementos de prova.....  | 595 |
| 6.4.     | Funções da prova .....  | 598 |
| 6.4.1.   | Funções Interna e Externa .....   | 598 |
| 6.4.2.   | Função demonstrativa e persuasiva da prova .....  | 599 |
| 6.4.2.1. | Função demonstrativa.....   | 599 |
| 6.4.2.2. | Função argumentativa (persuasiva) .....   | 601 |
| 6.4.2.3. | Possibilidade de conciliação entre as funções demonstrativa e persuasiva .....            | 603 |
| 6.5.     | Objeto da prova .....   | 604 |
| 6.5.1.   | Definição.....  | 604 |
| 6.5.2.   | Fixação do <i>Thema Probandum</i> .....   | 604 |
| 6.5.3.   | Circunstâncias que não integram o objeto da prova no Processo Civil .....                 | 609 |
| 6.5.3.1. | Fatos notórios .....  | 609 |
| 6.5.3.2. | Fatos não controvertidos .....  | 617 |
| 6.5.3.3. | Fatos em cujo favor militam presunção legal de existência e veracidade.....               | 621 |
| 6.6.     | Prova do Direito .....  | 622 |
| 6.7.     | Fontes e Meios de Prova .....   | 627 |
| 6.8.     | Provas Atípicas .....   | 629 |
| 6.8.1.   | Reconhecimento de Pessoas ou de Coisas .....  | 630 |
| 6.8.2.   | <i>Expert Witnesses</i> ou <i>Expert Testimony</i> .....                                  | 631 |
| 6.8.3.   | Documentos Psicografados.....   | 634 |
| 6.8.4.   | Detectores de Mentira .....   | 635 |
| 6.8.5.   | Declarações escritas de testemunhas.....  | 635 |
| 6.8.6.   | Informante confidencial.....  | 637 |
| 6.8.7.   | Comportamento processual e extraprocessual das partes .....                               | 638 |
| 6.8.8.   | Provas estatísticas .....   | 643 |
| 6.9.     | Provas emprestadas .....  | 649 |
| 6.9.1.   | Conceito e abrangência.....   | 649 |

|             |  |     |
|-------------|--|-----|
| 6.9.2.      | Da validade e da eficácia das provas emprestadas .....   | 651 |
| 6.9.3.      | Provas emprestadas viciadas .....  | 656 |
| 6.9.4.      | Da valoração da prova emprestada .....   | 659 |
| 6.10.       | Provas ilícitas .....  | 661 |
| 6.10.1.     | Conceito .....   | 661 |
| 6.10.2.     | Aplicação do postulado da proporcionalidade .....  | 663 |
| 6.10.3.     | Provas ilícitas por derivação (“teoria dos frutos da árvore envenenada”) .....                         | 666 |
| 6.10.4.     | Valoração das provas ilícitas .....  | 669 |
| 6.11.       | O direito ao silêncio e o privilégio contra autoincriminação ( <i>nemo tenetur se detegere</i> ) ..... | 671 |
| 6.12.       | Ônus da Prova .....  | 673 |
| 6.12.1.     | Conceito .....   | 673 |
| 6.12.2.     | Classificação: ônus da prova em sentido subjetivo e objetivo .....                                     | 674 |
| 6.12.3.     | Exegese do art. 373, inc. I e II, do CPC .....   | 675 |
| 6.12.4.     | Ônus da prova na reconvenção .....   | 677 |
| 6.12.5.     | Ônus imperfeito .....  | 677 |
| 6.12.6.     | Prova nos <i>hard cases</i> .....  | 678 |
| 6.12.7.     | Distribuição dinâmica do ônus da prova .....   | 679 |
| 6.12.8.     | Inversão do ônus da prova e contraprova .....  | 685 |
| 6.12.9.     | Inversão do ônus da prova por vontade das partes .....   | 688 |
| 6.12.10.    | Ônus da prova em sentido objetivo .....  | 692 |
| 6.13.       | Direito à prova .....  | 695 |
| 6.14.       | Poderes instrutórios do juiz .....   | 698 |
| 6.15.       | Classificação das provas .....   | 704 |
| 6.16.       | Indícios e presunções .....  | 706 |
| 6.16.1.     | Conceitos .....  | 706 |
| 6.16.2.     | Objetivo das presunções .....  | 707 |
| 6.16.3.     | Admissibilidade das provas circunstanciais .....   | 708 |
| 6.16.4.     | Espécies de presunções .....   | 709 |
| 6.16.4.1.   | Presunções legais .....  | 709 |
| 6.16.4.1.1. | Presunções legais absolutas ( <i>iure et de iure</i> ) .....   | 709 |
| 6.16.4.1.2. | Presunções legais relativas ( <i>iuris tantum</i> ) .....  | 710 |
| 6.16.4.1.3. | Presunções mistas .....  | 711 |
| 6.16.4.1.4. | Conflito entre presunções legais .....   | 712 |
| 6.16.4.2.   | Presunções judiciais ( <i>hominis</i> ) .....  | 712 |
| 6.17.       | Máximas da experiência .....   | 717 |
| 6.17.1.     | Conceito .....   | 717 |
| 6.17.2.     | Classificação .....  | 717 |
| 6.17.3.     | Premissas maiores .....  | 719 |
| 6.17.4.     | Validade das máximas da experiência .....  | 720 |
| 6.17.5.     | Funções das máximas da experiência .....   | 723 |
| 6.17.6.     | Máximas da experiência e motivação das decisões .....  | 724 |

|         |  |     |
|---------|--|-----|
| 6.18.   | Momentos da prova.....   | 728 |
| 6.19.   | Da valoração da prova .....  | 730 |
| 6.19.1. | Conceito .....   | 730 |
| 6.19.2. | Sistemas de valoração da prova .....   | 731 |
| 6.19.3. | <i>Standards</i> judiciais (ou modelos de constatação) do convencimento judicial ... | 738 |
| 6.19.4. | Modelos de constatação para a prova indiciária .....                                 | 740 |
| 6.20.   | Finalidade da prova: o problema da verdade processual .....                          | 743 |
| 6.20.1. | Verdade processual relativa .....  | 743 |
| 6.20.2. | Papel da verdade instrumental: concretização de decisões justas .....                | 744 |
| 6.20.3. | Verdade e argumentação jurídica .....  | 747 |
| 6.20.4. | Verdade e teoria narrativista do direito.....  | 748 |
| 6.21.   | Natureza jurídica das normas relativas à prova .....                                 | 752 |
| 6.22.   | Produção antecipada de provas .....  | 753 |
| 6.22.1. | Alcance da antecipação das provas no NCPC.....                                       | 753 |
| 6.22.2. | Procedimento antecipado das provas.....  | 755 |
| 6.23.   | Produção coletiva da prova.....  | 757 |

## 7 – PROVAS EM ESPÉCIE

|          |   |     |
|----------|---|-----|
| 7.1.     | Depoimento pessoal .....  | 759 |
| 7.1.1.   | Conceito .....  | 759 |
| 7.1.2.   | Sujeitos do depoimento pessoal .....  | 760 |
| 7.1.3.   | Espécies .....  | 761 |
| 7.1.4.   | Finalidade.....   | 762 |
| 7.1.5.   | Modo de produção .....  | 763 |
| 7.1.5.1. | Momento processual .....  | 763 |
| 7.1.5.2. | Formulação de perguntas .....   | 763 |
| 7.1.5.3. | O lugar da produção da prova (Depoimento pessoal por videoconferência ou por qualquer outro meio tecnológico, ou por carta) ... | 766 |
| 7.1.6.   | Intimação pessoal .....   | 768 |
| 7.1.7.   | Dever e ônus de comparecimento .....  | 768 |
| 7.1.7.1. | Depoimento da parte por provocação .....  | 768 |
| 7.1.7.2. | Interrogatório judicial .....   | 770 |
| 7.1.8.   | Consequências processuais.....  | 771 |
| 7.1.8.1. | Pena de confesso/admissão de fato como verdadeiro .....   | 771 |
| 7.1.8.2. | Argumentos de prova (CPC, art. 386) .....   | 772 |
| 7.2.     | Confissão .....   | 774 |
| 7.2.1.   | Conceito .....  | 774 |
| 7.2.2.   | Natureza jurídica .....   | 774 |
| 7.2.3.   | Espécies .....  | 775 |
| 7.2.4.   | Objeto .....  | 776 |
| 7.2.5.   | Distinções .....  | 777 |

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| 7.2.5.1.   | Confissão e reconhecimento jurídico do pedido.....                                   | 777 |
| 7.2.5.2.   | Confissão e negócio jurídico.....  | 778 |
| 7.2.5.3.   | Confissão e admissão.....  | 778 |
| 7.2.5.4.   | Confissão e não contestação .....  | 779 |
| 7.2.6.     | Eficácia .....   | 779 |
| 7.2.7.     | Invalidação da confissão .....   | 782 |
| 7.2.8.     | Indivisibilidade.....  | 783 |
| 7.3.       | Prova documental .....   | 784 |
| 7.3.1.     | Introdução .....   | 784 |
| 7.3.2.     | Conceito .....   | 784 |
| 7.3.3.     | Elementos e classificação dos documentos .....                                       | 787 |
| 7.3.4.     | Autenticidade e veracidade .....   | 788 |
| 7.3.5.     | Da força probante dos documentos.....  | 789 |
| 7.3.5.1.   | Documentos públicos.....   | 789 |
| 7.3.5.1.1. | Fé pública.....  | 789 |
| 7.3.5.1.2. | Original e cópia.....  | 790 |
| 7.3.5.2.   | Documentos particulares.....   | 793 |
| 7.3.5.2.1. | Presunção de veracidade (exegese dos arts. 408 e 411 do CPC) .....                   | 793 |
| 7.3.5.2.2. | Data do documento particular.....  | 794 |
| 7.3.5.2.3. | Autoria e indivisibilidade do documento particular ....                              | 795 |
| 7.3.5.2.4. | Originais e fotocópias.....  | 795 |
| 7.3.5.2.5. | A fé emanada dos documentos particulares.....  | 796 |
| 7.3.5.3.   | Arguição de falsidade.....   | 797 |
| 7.3.5.3.1. | Cessaçao da fé dos documentos particulares .....                                     | 801 |
| 7.3.6.     | Documentos especiais.....  | 802 |
| 7.3.6.1.   | Ata notarial.....  | 802 |
| 7.3.6.2.   | Documentos de telemática (telegrama, radiograma e outros meios de transmissão) ..... | 804 |
| 7.3.6.3.   | Cartas e registros domésticos.....   | 805 |
| 7.3.6.4.   | Livros comerciais.....   | 805 |
| 7.3.6.5.   | Documentos fotográficos, cinematográficos, fonográficos ou de outra espécie .....    | 807 |
| 7.3.6.6.   | Documentos eletrônicos.....  | 808 |
| 7.3.6.6.1. | Regulamentação.....  | 808 |
| 7.3.6.6.2. | Representação magnética .....  | 809 |
| 7.3.6.6.3. | Original e cópia dos documentos eletrônicos.....                                     | 810 |
| 7.3.6.6.4. | Assinatura eletrônica e certificação digital .....                                   | 812 |
| 7.3.6.6.5. | Demonstração efetiva do envio e do recebimento de mensagem eletrônica .....          | 815 |
| 7.3.7.     | Produção da prova documental.....  | 816 |
| 7.3.8.     | Obtenção de documentos .....   | 819 |



|            |  |     |
|------------|--|-----|
| 7.3.8.1.   | Modalidades .....  | 819 |
| 7.3.8.2.   | Requisição dos documentos .....                                      | 821 |
| 7.3.8.3.   | Exibição de documento ou coisa .....                                 | 823 |
| 7.3.8.3.1. | Natureza jurídica.....   | 823 |
| 7.3.8.3.2. | Consequências da não exibição para a parte.....                      | 825 |
| 7.3.8.3.3. | Consequências da não exibição para terceiro .....                    | 827 |
| 7.3.8.3.4. | Direito à exibição .....   | 827 |
| 7.3.8.3.5. | Procedimento do incidente probatório.....                            | 831 |
| 7.3.8.3.6. | Procedimento do processo incidental.....                             | 833 |
| 7.3.9.     | Valoração da prova documental .....                                  | 833 |
| 7.4.       | Prova testemunhal.....   | 835 |
| 7.4.1.     | Conceito .....   | 835 |
| 7.4.2.     | Requisitos .....   | 835 |
| 7.4.3.     | Da convocação da testemunha .....                                    | 837 |
| 7.4.4.     | Da incapacidade, impedimento e suspeição para ser testemunha .....   | 839 |
| 7.4.5.     | Deveres e direitos das testemunhas .....                             | 845 |
| 7.4.6.     | Admissibilidade da prova testemunhal .....                           | 851 |
| 7.4.7.     | Exclusão do dever de depor .....                                     | 853 |
| 7.4.8.     | Momentos e produção da prova testemunhal.....                        | 859 |
| 7.4.9.     | Procedimento da prova testemunhal.....                               | 860 |
| 7.4.9.1.   | Requerimento e especificação da prova .....                          | 860 |
| 7.4.9.2.   | Rol de testemunhas .....   | 860 |
| 7.4.9.3.   | Número máximo de testemunhas.....                                    | 864 |
| 7.4.9.4.   | Momento e forma do depoimento .....                                  | 865 |
| 7.4.9.5.   | Valoração da prova testemunhal .....                                 | 871 |
| 7.4.9.6.   | Acareação .....  | 878 |
| 7.5.       | Prova pericial .....   | 880 |
| 7.5.1.     | A ciência privada e a ciência oficial do juiz.....                   | 880 |
| 7.5.2.     | Conceito de prova científica e sua relação com a prova pericial..... | 881 |
| 7.5.3.     | Conceito de prova pericial .....                                     | 884 |
| 7.5.4.     | Objeto da perícia.....   | 885 |
| 7.5.5.     | Espécies .....   | 888 |
| 7.5.6.     | Prova técnica simplificada.....                                      | 889 |
| 7.5.7.     | Admissibilidade e relevância.....                                    | 891 |
| 7.5.8.     | Momentos da prova pericial .....                                     | 897 |
| 7.5.9.     | A escolha do perito.....   | 899 |
| 7.5.10.    | Impugnação da escolha do perito.....                                 | 901 |
| 7.5.11.    | Motivo legítimo para a recusa do perito .....                        | 903 |
| 7.5.12.    | Substituição do perito .....   | 904 |
| 7.5.13.    | Remuneração do perito.....   | 904 |
| 7.5.14.    | Assistentes técnicos .....   | 910 |

|         |   |     |
|---------|---|-----|
| 7.5.15. | Quesitos, críticas e esclarecimentos .....            | 912 |
| 7.5.16. | Conclusões do perito .....                            | 915 |
| 7.5.17. | Valoração da prova pericial e a segunda perícia ..... | 918 |
| 7.6.    | Inspeção judicial .....                               | 923 |

## 8 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| 8.1.   | Princípio da oralidade .....  | 929 |
| 8.2.   | Conceito .....  | 932 |
| 8.3.   | Estrutura .....   | 932 |
| 8.3.1. | Proclamação da audiência pelo juiz e pregão inicial .....                                       | 933 |
| 8.3.2. | Tentativa de conciliação .....  | 934 |
| 8.3.3. | Produção da prova oral .....  | 937 |
| 8.3.4. | Alegações finais .....  | 942 |
| 8.3.5. | Sentença .....  | 944 |
| 8.4.   | Conversão do julgamento em diligência .....   | 945 |
| 8.5.   | Incidentes e decisões em audiência .....  | 946 |
| 8.6.   | Documentação da audiência .....   | 947 |
| 8.7.   | A unidade, os casos de interrupção e a publicidade da audiência de instrução e julgamento ..... | 948 |
| 8.8.   | Poder de polícia .....  | 950 |
| 8.9.   | Adiamento da audiência de instrução e julgamento .....  | 951 |
| 8.10.  | Produção da prova oral fora da audiência de instrução e julgamento .....                        | 955 |

## 9 – SENTENÇA E COISA JULGADA

|            |   |      |
|------------|---|------|
| 9.1.       | Conceito de sentença .....  | 957  |
| 9.2.       | Sentença terminativa (art. 485/CPC) .....   | 959  |
| 9.3.       | Sentença definitiva (art. 487/CPC) .....  | 970  |
| 9.4.       | Predominância da sentença definitiva sobre a terminativa (exegese do art. 488/CPC) .....                | 977  |
| 9.5.       | Elementos essenciais da sentença .....  | 979  |
| 9.5.1.     | Relatório .....   | 979  |
| 9.5.2.     | Fundamentação .....   | 980  |
| 9.5.2.1.   | Motivação e argumentação jurídica .....   | 980  |
| 9.5.2.2.   | Dever de Motivação no art. 489, § 1º, do CPC .....  | 983  |
| 9.5.2.2.1. | Interpretação do art. 489, § 1º, inc. I, do CPC .....   | 985  |
| 9.5.2.2.2. | Interpretação do art. 489, § 1º, inc. II, do CPC .....  | 985  |
| 9.5.2.2.3. | Interpretação do art. 489, § 1º, inc. III, do CPC .....   | 987  |
| 9.5.2.2.4. | Interpretação do art. 489, § 1º, inc. IV, do CPC .....  | 988  |
| 9.5.2.2.5. | Interpretação do art. 489, § 1º, inc. V, do CPC .....   | 993  |
| 9.5.2.2.6. | Interpretação do art. 489, § 1º, inc. VI, do CPC .....  | 997  |
| 9.5.2.3.   | Conflitos normativos e sentença judicial (CPC, art. 489, § 2º) .....                                    | 1003 |
| 9.5.2.4.   | Decisão judicial baseada em valores jurídicos abstratos e consideração das consequências práticas ..... | 1011 |

|          |  |      |
|----------|--|------|
| 9.5.2.5. | Efeito devolutivo da apelação e nulidade da sentença por falta de fundamentação .....            | 1013 |
| 9.5.3.   | Dispositivo.....   | 1014 |
| 9.6.     | Interpretação da decisão judicial .....  | 1016 |
| 9.7.     | Atualidade da decisão judicial .....   | 1017 |
| 9.8.     | Emendas à sentença .....   | 1019 |
| 9.9.     | Conteúdo da sentença .....   | 1022 |
| 9.10.    | Remessa necessária.....  | 1024 |
| 9.11.    | Do julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa ..... | 1029 |
| 9.12.    | Coisa julgada.....   | 1032 |
| 9.12.1.  | Conceito e noções gerais.....  | 1032 |
| 9.12.2.  | Coisa julgada formal e material.....   | 1035 |
| 9.12.3.  | Limites objetivos da coisa julgada material .....  | 1041 |
| 9.12.4.  | Limites subjetivos da coisa julgada .....  | 1045 |
| 9.12.5.  | Eficácia preclusiva da coisa julgada.....  | 1050 |
| 9.12.6.  | Eficácia da sentença em relação ao assistente simples (exegese do art. 123/ CPC) .....           | 1052 |
| 9.12.7.  | O efeito negativo da coisa julgada e a tríplice identidade.....                                  | 1054 |
| 9.12.8.  | Eficácia civil da sentença penal .....   | 1054 |
| 9.12.9.  | Coisa julgada nas ações coletivas e na ação popular .....  | 1055 |
| 9.12.10. | Coisas julgadas conflitantes .....   | 1059 |

## PARTE IV – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO

### 1 – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

|       |   |      |
|-------|---|------|
| 1.1.  | Generalidades .....   | 1063 |
| 1.2.  | Legitimidade e competência.....   | 1065 |
| 1.3.  | Obrigação objeto da liquidação .....  | 1065 |
| 1.4.  | Momento de proceder a liquidação de sentenç a .....                                   | 1066 |
| 1.5.  | Causas em que não há liquidação de sentenç a .....                                    | 1066 |
| 1.6.  | Natureza jurídica da liquidação.....  | 1067 |
| 1.7.  | Limites da liquidação de sentenç a .....  | 1068 |
| 1.8.  | Formas (modalidades) de liquidação .....  | 1070 |
| 1.9.  | Da liquidação da conversão de obrigação específica em perdas e danos.....             | 1072 |
| 1.10. | Decisão, recurso, honorários advocatícios e coisa julgada.....                        | 1073 |
| 1.11. | Liquidação da sentenç a genérica na tutela dos interesses individuais homog neos..... | 1074 |

### 2 – TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO

|      |                        |      |
|------|------------------------|------|
| 2.1. | Tutela executiva.....  | 1077 |
| 2.2. | Classificação.....     | 1079 |
| 2.3. | Princípios.....        | 1083 |
| 2.4. | Título executivo ..... | 1084 |

|           |  |      |
|-----------|--|------|
| 2.4.1.    | Títulos executivos judiciais (jurisdicionais) .....  | 1087 |
| 2.4.1.1.  | Natureza do pronunciamento judicial com força executiva (art. 515, I).....                               | 1087 |
| 2.4.1.2.  | Decisão homologatória (art. 515, II e III) .....   | 1090 |
| 2.4.1.3.  | Formal e certidão de partilha (art. 515, IV).....  | 1090 |
| 2.4.1.4.  | Crédito de auxiliar da justiça e outras despesas ou custas aprovadas judicialmente (art. 515, V) .....   | 1091 |
| 2.4.1.5.  | Sentença penal condenatória (art. 515, VI).....  | 1091 |
| 2.4.1.6.  | Sentença arbitral (art. 515, VII) .....  | 1091 |
| 2.4.1.7.  | Sentença e decisão estrangeira (art. 515, VIII e IX) .....   | 1092 |
| 2.4.2.    | Títulos executivos extrajudiciais .....  | 1092 |
| 2.4.2.1.  | Títulos de crédito (art. 784, I).....  | 1092 |
| 2.4.2.2.  | Confissão de dívida (art. 784, II, III e IV).....  | 1093 |
| 2.4.2.3.  | Contratos garantidos por qualquer direito real e caução (art. 784, V).....                               | 1094 |
| 2.4.2.4.  | Contrato de seguro de vida em caso de morte (art. 784, VI).....  | 1095 |
| 2.4.2.5.  | Créditos de foro e laudêmio (art. 784, VII) .....  | 1095 |
| 2.4.2.6.  | Créditos de locação acessórios (art. 784, VIII).....   | 1096 |
| 2.4.2.7.  | CDA (art. 784, IX) .....   | 1096 |
| 2.4.2.8.  | Crédito de despesas condominiais (art. 784, X).....  | 1098 |
| 2.4.2.9.  | Créditos de auxiliar da justiça (art. 784, XI) .....   | 1098 |
| 2.4.2.10. | Demais títulos executivos extrajudiciais previstos em outras leis (art. 784, XII) .....                  | 1098 |
| 2.5.      | Cognição na execução .....   | 1100 |
| 2.6.      | Contraditório na execução .....  | 1103 |
| 2.7.      | Mérito na execução .....   | 1105 |
| 2.8.      | Coisa julgada na execução.....   | 1106 |
| 2.9.      | Competência .....  | 1107 |
| 2.10.     | Legitimidade (ativa e passiva) na execução e responsabilidade de terceiros .....                         | 1109 |
| 2.11.     | Intervenção de terceiros na execução .....   | 1114 |
| 2.12.     | Fraude à execução .....  | 1114 |
| 2.13.     | Cumulação de execuções .....   | 1117 |
| 2.14.     | Protesto de título executivo judicial e inscrição do executado em cadastro de inadimplentes.....         | 1118 |
| 2.15.     | Negócio processual na execução .....   | 1121 |
| 2.16.     | Poderes executórios do juiz.....   | 1123 |
| 2.17.     | Conduta atentatória à dignidade da justiça.....  | 1127 |
| 2.18.     | Tutelas provisórias na execução.....   | 1128 |
| 2.19.     | O agravo de instrumento como recurso padrão contra decisões interlocutórias proferidas na execução ..... | 1129 |
| 2.20.     | Nulidades na execução .....  | 1130 |
| 2.21.     | Suspensão da execução .....  | 1133 |
| 2.22.     | Extinção da execução .....   | 1136 |
| 2.23.     | Honorários advocatícios na execução.....   | 1139 |

## 3 – CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA

|        |   |      |
|--------|---|------|
| 3.1.   | Introdução.....   | 1145 |
| 3.2.   | Regime do cumprimento provisório é o mesmo do cumprimento definitivo.....                             | 1146 |
| 3.2.1. | Opção do exequente e autuação do cumprimento provisório.....  | 1146 |
| 3.2.2. | Da responsabilidade objetiva do exequente.....  | 1147 |
| 3.2.3. | Retorno ao <i>status quo ante</i> .....   | 1148 |
| 3.2.4. | Prestação de caução e casos de sua dispensa.....  | 1149 |
| 3.2.5. | Aplicação no cumprimento provisório da multa e dos honorários previstos no art. 523, § 1º do CPC..... | 1151 |
| 3.2.6. | Impugnação do executado.....  | 1152 |
| 3.2.7. | Execução provisória e tutelas provisórias.....  | 1153 |

## 4 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DEFINITIVO DE OBRIGAÇÃO DE SOMA EM DINHEIRO

|       |  |      |
|-------|--|------|
| 4.1.  | Introdução.....  | 1155 |
| 4.2.  | Cumprimento de sentença.....   | 1155 |
| 4.3.  | Termo inicial do cumprimento voluntário de sentença de obrigação de pagar soma em dinheiro.....            | 1156 |
| 4.4.  | Comunicação do executado no cumprimento voluntário de sentença de obrigação de pagar soma em dinheiro..... | 1157 |
| 4.5.  | Legitimação passiva no cumprimento de sentença.....  | 1159 |
| 4.6.  | Conteúdo da petição que dá início ao cumprimento de sentença.....  | 1160 |
| 4.7.  | O cumprimento voluntário da sentença requerido pelo devedor.....   | 1164 |
| 4.8.  | A multa de 10%.....  | 1165 |
| 4.9.  | Honorários advocatícios no cumprimento de sentença.....  | 1167 |
| 4.10. | A fase da execução forçada no cumprimento de sentença.....   | 1167 |
| 4.11. | Processo autônomo de execução fundada em título executivo judicial.....                                    | 1168 |
| 4.12. | Averbação do cumprimento provisório no registro de bens do devedor.....                                    | 1168 |

## 5 – PROCESSO DE EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE SOMA EM DINHEIRO

|        |  |      |
|--------|--|------|
| 5.1.   | Introdução.....  | 1169 |
| 5.2.   | Petição inicial.....                                       | 1169 |
| 5.3.   | Citação do executado.....                                  | 1174 |
| 5.4.   | Arresto ou pré-penhora.....                                | 1174 |
| 5.5.   | Condutas que o executado pode adotar depois de citado..... | 1175 |
| 5.5.1. | Pagamento.....   | 1175 |
| 5.5.2. | Pagamento parcelado.....                                   | 1175 |
| 5.5.3. | Opor embargos.....   | 1176 |
| 5.5.4. | Se manter inerte.....                                      | 1176 |
| 5.6.   | Penhora.....   | 1176 |
| 5.7.   | Avaliação.....   | 1189 |
| 5.8.   | Meios de expropriação.....                                 | 1191 |

|        |   |      |
|--------|---|------|
| 5.8.1. | Adjudicação .....                         | 1192 |
| 5.8.2. | Alienação por iniciativa particular ..... | 1195 |
| 5.8.3. | Alienação por leilão judicial .....       | 1197 |
| 5.9.   | Da satisfação do crédito .....            | 1205 |

#### 6 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER

|      |  |      |
|------|--|------|
| 6.1. | Aspectos gerais .....  | 1209 |
| 6.2. | Fazer e não fazer, fungível e infungível .....                       | 1210 |
| 6.3. | Categorias de tutela específica .....                                | 1210 |
| 6.4. | Técnicas para obtenção da tutela específica .....                    | 1211 |
| 6.5. | Multa .....  | 1213 |
| 6.6. | Conversão em perdas e danos .....                                    | 1215 |
| 6.7. | Procedimento do cumprimento de sentença .....                        | 1216 |
| 6.8. | Processo de execução fundado em título executivo extrajudicial ..... | 1217 |

#### 7 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DE COISA

|      |  |      |
|------|--|------|
| 7.1. | Aspectos gerais .....  | 1221 |
| 7.2. | Entrega de coisa .....   | 1221 |
| 7.3. | Conversão em perdas e danos .....                                    | 1222 |
| 7.4. | Procedimento do cumprimento de sentença .....                        | 1223 |
| 7.5. | Quanto à individualização da coisa incerta .....                     | 1225 |
| 7.6. | Processo de execução fundado em título executivo extrajudicial ..... | 1225 |

#### 8 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS

|       |  |      |
|-------|--|------|
| 8.1.  | Introdução .....   | 1229 |
| 8.2.  | Obrigação alimentar .....  | 1229 |
| 8.3.  | Título executivo .....   | 1230 |
| 8.4.  | Meios executórios .....  | 1231 |
| 8.5.  | Competência e requerimento inicial .....                             | 1232 |
| 8.6.  | Procedimento da execução por coerção pessoal (prisão civil) .....    | 1233 |
| 8.7.  | Procedimento do desconto em folha .....                              | 1237 |
| 8.8.  | Procedimento de expropriação de bens do executado .....              | 1239 |
| 8.9.  | Constituição de renda .....  | 1240 |
| 8.10. | Crime de abandono material .....                                     | 1241 |
| 8.11. | Processo de execução fundado em título executivo extrajudicial ..... | 1241 |

#### 9 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA

|      |                                    |      |
|------|------------------------------------|------|
| 9.1. | Conceito de Fazenda Pública .....  | 1245 |
| 9.2. | Título executivo .....             | 1245 |
| 9.3. | Execução de soma em dinheiro ..... | 1246 |

|      |  |      |
|------|--|------|
| 9.4. | O regime do cumprimento de sentença de soma em dinheiro contra a Fazenda Pública...              | 1247 |
| 9.5. | Sobre o precatório e a RPV.....  | 1249 |
| 9.6. | Sobre o sequestro.....   | 1256 |
| 9.7. | A execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial.....                      | 1257 |
| 9.8. | Cumprimento de obrigação de fazer, não fazer e entrega de coisa em face da Fazenda Pública ..... | 1258 |

#### 10 – EXECUÇÃO FISCAL (LEI 6.830/80)

|       |                                     |      |
|-------|-------------------------------------|------|
| 10.1. | Notas introdutórias .....           | 1259 |
| 10.2. | Objeto .....                        | 1259 |
| 10.3. | Título executivo .....              | 1260 |
| 10.4. | Petição inicial .....               | 1261 |
| 10.5. | Legitimidade passiva .....          | 1261 |
| 10.6. | Competência .....                   | 1263 |
| 10.7. | Citação e pré-penhora .....         | 1264 |
| 10.8. | Procedimento .....                  | 1266 |
| 10.9. | Recursos e reexame necessário ..... | 1270 |

#### 11 – DEFESA NA EXECUÇÃO

|          |  |      |
|----------|--|------|
| 11.1.    | Introdução.....  | 1273 |
| 11.2.    | Aspectos gerais da Defesa .....  | 1274 |
| 11.2.1.  | Noção de Defesa.....   | 1274 |
| 11.2.2.  | Formas de Defesa .....   | 1274 |
| 11.3.    | Impugnação ao cumprimento de sentença .....  | 1276 |
| 11.3.1.  | Apresentação .....   | 1276 |
| 11.3.2.  | Natureza jurídica .....  | 1277 |
| 11.3.3.  | Forma e legitimidade .....   | 1278 |
| 11.3.4.  | Requisitos de admissibilidade .....  | 1278 |
| 11.3.5.  | Prazo .....  | 1280 |
| 11.3.6.  | Efeito suspensivo .....  | 1281 |
| 11.3.7.  | Conteúdo.....  | 1283 |
| 11.3.8.  | Contraditório e cognição .....   | 1288 |
| 11.3.9.  | Decisão, recursos e coisa julgada.....   | 1289 |
| 11.3.10. | Custas .....   | 1290 |
| 11.3.11. | Multa de 10% do art. 523, § 1º, do CPC.....  | 1291 |
| 11.3.12. | Honorários advocatícios .....  | 1291 |
| 11.3.13. | Impugnação no cumprimento de sentença de obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa ..... | 1292 |
| 11.3.14. | Impugnação no cumprimento de sentença arbitral.....  | 1293 |
| 11.3.15. | Impugnação ao cumprimento de sentença oposta pela Fazenda Pública.....                           | 1293 |
| 11.3.16. | Impugnação ao cumprimento de sentença de obrigação alimentar .....                               | 1293 |
| 11.3.17. | Desistência da execução .....  | 1294 |

|          |   |      |
|----------|---|------|
| 11.4.    | Defesa por simples petição .....  | 1295 |
| 11.4.1.  | Histórico e introdução .....  | 1295 |
| 11.4.2.  | Os arts. 518 e 803, parágrafo único, ambos do CPC .....   | 1296 |
| 11.4.3.  | Arts. 525, § 11, e 917, § 1º, ambos do CPC.....   | 1298 |
| 11.4.4.  | Os arts. 877 e 903, § 2º, do CPC .....  | 1298 |
| 11.4.5.  | Legitimidade.....   | 1299 |
| 11.4.6.  | Forma e provas.....   | 1299 |
| 11.4.7.  | Efeito suspensivo .....   | 1300 |
| 11.4.8.  | Contraditório.....  | 1301 |
| 11.4.9.  | Decisão, recursos e coisa julgada.....  | 1301 |
| 11.4.10. | Custas e honorários advocatícios .....  | 1302 |
| 11.5.    | Embargos à execução .....   | 1302 |
| 11.5.1.  | Apresentação .....  | 1302 |
| 11.5.2.  | Natureza jurídica .....   | 1302 |
| 11.5.3.  | O fim das modalidades de embargos à execução .....  | 1303 |
| 11.5.4.  | Legitimidade ativa e passiva.....   | 1304 |
| 11.5.5.  | Requisitos de admissibilidade .....   | 1304 |
| 11.5.6.  | Efeito suspensivo .....   | 1306 |
| 11.5.7.  | Objeto da cognição .....  | 1307 |
| 11.5.8.  | Petição inicial.....  | 1308 |
| 11.5.9.  | Procedimento .....  | 1309 |
| 11.5.10. | Resposta do embargado.....  | 1309 |
| 11.5.11. | Revelia do embargado .....  | 1309 |
| 11.5.12. | Intervenção de terceiros.....   | 1310 |
| 11.5.13. | Desistência da execução .....   | 1310 |
| 11.5.14. | Sentença e coisa julgada.....   | 1310 |
| 11.5.15. | Apelação .....  | 1310 |
| 11.5.16. | Arbitragem e defesa do executado .....  | 1311 |
| 11.6.    | Defesa incidental por meio de ações autônomas.....  | 1311 |
| 11.6.1.  | Apresentação .....  | 1311 |
| 11.6.2.  | A ação rescisória para reconhecer a inexigibilidade de decisão fundada em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais ou incompatíveis com a Constituição pelo STF (CPC, art. 525, § 15)..... | 1311 |
| 11.6.3.  | A ação anulatória da arrematação (CPC, art. 903, § 4º).....   | 1313 |
| 11.7.    | Defesa heterotópica .....   | 1317 |
| 11.7.1.  | Apresentação .....  | 1317 |
| 11.7.2.  | Classificação da defesa heterotópica .....  | 1318 |
| 11.7.3.  | Competência.....  | 1319 |
| 11.7.4.  | Legitimidade ativa e passiva.....   | 1320 |
| 11.7.5.  | Conteúdo.....   | 1320 |
| 11.7.6.  | Efeito suspensivo .....   | 1320 |



|   |      |
|---|------|
| 11.7.7. Procedimento das ações prejudiciais.....                      | 1321 |
| 11.7.8. Espécies de ações que podem ser prejudiciais à execução ..... | 1322 |

## PARTE V – DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

### 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

|   |      |
|---|------|
| 1.1. Compreensão do porquê da existência de procedimentos especiais: “Processo justo” e determinação constitucional para a concessão de “tutelas adequadas” ..... | 1325 |
| 1.2. Das características que conferem “especialidade” ao “procedimento” .....   | 1328 |

### 2 – DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

|  |      |
|--|------|
| 2.1. Do direito do devedor à liberação da obrigação e suas repercussões: o pagamento em consignação..... | 1331 |
| 2.2. Da consignação em pagamento extrajudicial.....  | 1333 |
| 2.3. Da legitimidade .....   | 1335 |
| 2.4. Da competência.....   | 1337 |
| 2.5. Da demanda consignatória: causa de pedir e pedido.....  | 1339 |
| 2.6. Da inexistência de limites à cognição e a coisa julgada .....                                       | 1342 |
| 2.7. Do procedimento .....   | 1343 |
| 2.8. Ainda o procedimento: consignação de prestações sucessivas.....                                     | 1351 |
| 2.9. Ainda o procedimento: consignação fundada em dúvida quanto à titularidade do crédito.....           | 1352 |
| 2.10. Da ação de consignação de aluguéis e acessórios da locação .....                                   | 1354 |

### 3 – DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

|  |      |
|--|------|
| 3.1. Da administração de interesses, direitos ou bens alheios e as suas repercussões ..... | 1357 |
| 3.2. Da legitimidade, interesse de agir e competência.....                                 | 1359 |
| 3.3. Do procedimento .....   | 1364 |

### 4 – DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS

|   |      |
|---|------|
| 4.1. Da proteção possessória .....  | 1373 |
| 4.2. Da fungibilidade.....  | 1377 |
| 4.3. Da causa de pedir, do pedido e da cumulação de pedidos nas ações de manutenção e reintegração de posse .....   | 1378 |
| 4.4. Do “caráter dúplice” e as ações possessórias.....  | 1380 |
| 4.5. Da limitação à cognição nas ações possessórias (vedação da exceção de domínio) e da suspensividade do debate petitório .....   | 1382 |
| 4.6. Da competência.....  | 1385 |
| 4.7. Legitimidade e integração de capacidade.....   | 1386 |
| 4.8. Do procedimento da ação de manutenção e reintegração de posse .....  | 1387 |
| 4.9. Ainda o procedimento: peculiaridades em se tratando de “litígio coletivo” com afirmação de esbulho ou turbação ocorrida ou liminar concedida e não efetivada há mais ano e dia ..... | 1395 |
| 4.10. Do interdito proibitório.....   | 1395 |

## 5 – DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

|      |  |      |
|------|--|------|
| 5.1. | Considerações gerais.....  | 1397 |
| 5.2. | Do cabimento e da legitimidade nas ações de divisão .....                                    | 1398 |
| 5.3. | Do cabimento e da legitimidade nas ações demarcatórias de terras particulares .....          | 1399 |
| 5.4. | Do suprimento de capacidade nas ações de divisão e de demarcação de terras particulares..... | 1400 |
| 5.5. | Do caráter dúplice das ações de divisão e de demarcação de terras particulares.....          | 1401 |
| 5.6. | Da cumulação das pretensões demarcatória e divisória .....                                   | 1401 |
| 5.7. | Da competência e do procedimento da ação demarcatória .....                                  | 1403 |
| 5.8. | Da competência e do procedimento da ação de divisão .....                                    | 1404 |
| 5.9. | Da sucumbência e dos honorários advocatícios na ação demarcatória e na ação de divisão.....  | 1406 |

## 6 – DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

|      |   |      |
|------|---|------|
| 6.1. | Considerações gerais.....   | 1407 |
| 6.2. | Da causa de pedir e do pedido na ação de dissolução parcial de sociedade.....   | 1409 |
| 6.3. | Da legitimidade na ação de dissolução parcial de sociedade .....                | 1413 |
| 6.4. | Do procedimento .....   | 1416 |
| 6.5. | Ainda o procedimento: parâmetros a serem observados na apuração de haveres..... | 1418 |

## 7 – DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA

|          |   |      |
|----------|---|------|
| 7.1.     | Considerações gerais.....   | 1423 |
| 7.2.     | Das modalidades de inventário .....   | 1425 |
| 7.3.     | Dos prazos para a abertura e encerramento do inventário .....                     | 1428 |
| 7.4.     | Da limitação à cognição no inventário.....  | 1428 |
| 7.5.     | Do administrador provisório .....   | 1431 |
| 7.6.     | Do procedimento do inventário.....  | 1431 |
| 7.6.1.   | Da competência .....  | 1431 |
| 7.6.2.   | Da legitimidade para requerer a abertura do inventário .....                      | 1433 |
| 7.6.3.   | Do inventariante .....  | 1434 |
| 7.6.3.1. | Das incumbências do inventariante.....  | 1436 |
| 7.6.3.2. | Da remoção e destituição do inventariante .....                                   | 1438 |
| 7.6.4.   | Das primeiras declarações.....  | 1439 |
| 7.6.5.   | Das citações e impugnações .....  | 1442 |
| 7.6.5.1. | Das intimações da Fazenda Pública, do Ministério Público e do testamenteiro ..... | 1444 |
| 7.6.6.   | Do herdeiro preterido .....   | 1444 |
| 7.6.7.   | Da avaliação e do cálculo do tributo.....   | 1445 |
| 7.6.8.   | Das colações.....   | 1448 |
| 7.6.9.   | Da sonegação .....  | 1450 |
| 7.6.10.  | Do pagamento das dívidas.....   | 1451 |
| 7.7.     | Da partilha.....  | 1452 |

|         |  |      |
|---------|--|------|
| 7.7.1.  | Da emenda da partilha .....  | 1455 |
| 7.7.2.  | Da anulação da partilha amigável.....                              | 1455 |
| 7.7.3.  | Da rescisão da partilha judicial.....                              | 1457 |
| 7.8.    | Do arrolamento .....   | 1458 |
| 7.8.1.  | Do arrolamento sumário .....                                       | 1458 |
| 7.8.2.  | Do arrolamento comum .....   | 1459 |
| 7.9.    | Da dispensa de inventário e arrolamento.....                       | 1460 |
| 7.10.   | Das disposições comuns do inventário, partilha e arrolamento ..... | 1461 |
| 7.10.1. | Eficácia da tutela provisória .....                                | 1461 |
| 7.10.2. | Da sobrepilha.....   | 1461 |
| 7.10.3. | Do curador especial .....  | 1462 |
| 7.10.4. | Da cumulação de inventários .....                                  | 1462 |

## 8 – DOS EMBARGOS DE TERCEIRO

|      |   |      |
|------|---|------|
| 8.1. | Considerações gerais .....                              | 1463 |
| 8.2. | Da legitimidade ativa .....                             | 1465 |
| 8.3. | Da legitimidade passiva .....                           | 1473 |
| 8.4. | Do prazo para a oposição dos embargos de terceiro ..... | 1474 |
| 8.5. | Da competência.....                                     | 1478 |
| 8.6. | Da cognição judicial nos embargos de terceiro .....     | 1478 |
| 8.7. | Do procedimento .....                                   | 1481 |

## 9 – DA OPOSIÇÃO

|      |                            |      |
|------|----------------------------|------|
| 9.1. | Considerações gerais ..... | 1485 |
| 9.2. | Procedimento .....         | 1486 |

## 10 – DA HABILITAÇÃO

|       |   |      |
|-------|---|------|
| 10.1. | Considerações gerais .....              | 1489 |
| 10.2. | Da legitimidade e do procedimento ..... | 1492 |

## 11 – DAS AÇÕES DE FAMÍLIA

|       |                            |      |
|-------|----------------------------|------|
| 11.1. | Considerações gerais ..... | 1495 |
| 11.2. | Do procedimento .....      | 1495 |

## 12 – DA AÇÃO MONITÓRIA

|         |   |      |
|---------|---|------|
| 12.1.   | Considerações gerais .....                          | 1499 |
| 12.2.   | Cabimento e objeto da ação monitoria .....          | 1500 |
| 12.2.1. | Ação monitoria e devedor incapaz .....              | 1504 |
| 12.2.2. | Ação monitoria e Fazenda Pública .....              | 1504 |
| 12.3.   | Da competência e do procedimento .....              | 1505 |
| 12.4.   | Ainda o procedimento: possíveis reações do réu..... | 1507 |
| 12.5.   | Das sanções por litigância de má-fé .....           | 1511 |

## 34 CURSO DE PROCESSO CIVIL COMPLETO

## 13 – HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL

|   |      |
|---|------|
| 13.1. Considerações gerais.....                                     | 1513 |
| 13.2. Da competência e do procedimento da homologação judicial..... | 1514 |
| 13.3. Do procedimento de homologação extrajudicial.....             | 1515 |

## 14 – DA REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA

|  |      |
|--|------|
| 14.1. Considerações gerais.....              | 1517 |
| 14.2. Da legitimidade e do procedimento..... | 1518 |

## 15 – DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

|   |      |
|---|------|
| 15.1. Considerações gerais.....                                 | 1521 |
| 15.2. Da competência, legitimidade e do procedimento.....       | 1522 |
| 15.3. Ainda o procedimento: restauração perante o tribunal..... | 1524 |
| 15.4. Das custas e honorários na restauração de autos.....      | 1524 |

## 16 – DA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

|  |      |
|--|------|
| 16.1. Considerações gerais.....                            | 1525 |
| 16.2. Do procedimento padrão na jurisdição voluntária..... | 1526 |

## 17 – DA NOTIFICAÇÃO E DA INTERPELAÇÃO

|                                 |      |
|---------------------------------|------|
| 17.1. Considerações gerais..... | 1529 |
| 17.2. Do procedimento.....      | 1530 |

## 18 – DA ALIENAÇÃO JUDICIAL

|   |      |
|---|------|
| 18.1. Considerações gerais.....                   | 1533 |
| 18.2. Legitimidade para requerer a alienação..... | 1533 |
| 18.3. Procedimento.....                           | 1533 |

19 – DO DIVÓRCIO E DA SEPARAÇÃO CONSENSUAIS,  
DA EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E DA ALTERAÇÃO DO  
REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO

|   |      |
|---|------|
| 19.1. Considerações gerais.....   | 1535 |
| 19.2. Do divórcio e da separação consensuais e da extinção consensual de união estável.....                               | 1535 |
| 19.3. Do divórcio e da separação consensuais e da extinção consensual de união estável realizados extrajudicialmente..... | 1537 |
| 19.4. Da alteração do regime de bens do matrimônio.....   | 1538 |

## 20 – DOS TESTAMENTOS E CODICILOS

|                                       |      |
|---------------------------------------|------|
| 20.1. Considerações gerais.....       | 1541 |
| 20.2. Competência e procedimento..... | 1542 |

## 21 – HERANÇA JACENTE

|  |      |
|--|------|
| 21.1. Considerações gerais.....                    | 1545 |
| 21.2. Competência, legitimação e procedimento..... | 1545 |

## 22 – DOS BENS DOS AUSENTES

|                                  |      |
|----------------------------------|------|
| 22.1. Considerações gerais ..... | 1549 |
| 22.2. Competência .....          | 1549 |
| 22.3. Procedimento .....         | 1549 |

## 23 – DAS COISAS VAGAS

|                                  |      |
|----------------------------------|------|
| 23.1. Considerações gerais ..... | 1551 |
| 23.2. Procedimento .....         | 1551 |

## 24 – DA INTERDIÇÃO

|  |      |
|--|------|
| 24.1. Considerações gerais .....                   | 1553 |
| 24.2. Legitimados para promover a interdição ..... | 1554 |
| 24.3. Competência .....                            | 1554 |
| 24.4. Procedimento .....                           | 1555 |
| 24.5. Da tomada de decisão apoiada .....           | 1557 |

## 25 – DAS DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA

|  |      |
|--|------|
| 25.1. Considerações gerais .....   | 1559 |
| 25.2. Do compromisso, da alegação de escusa, da remoção e da cessação do cargo ..... | 1559 |

## 26 – ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

|                                  |      |
|----------------------------------|------|
| 26.1. Considerações gerais ..... | 1561 |
| 26.2. Procedimento .....         | 1561 |

27 – DA RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS  
TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO

|                                  |      |
|----------------------------------|------|
| 27.1. Considerações gerais ..... | 1563 |
| 27.2. Do procedimento .....      | 1563 |

## PARTE VI – PROCESSOS E INCIDENTES NOS TRIBUNAIS

## 1 – DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL

|  |      |
|--|------|
| 1.1. Generalidades .....   | 1567 |
| 1.2. Trâmite dos processos nos Tribunais .....                     | 1567 |
| 1.3. Poderes do relator .....                                      | 1577 |
| 1.4. Julgamento colegiado .....                                    | 1581 |
| 1.5. Ampliação da colegialidade .....                              | 1582 |
| 1.6. Sucumbência recursal .....                                    | 1589 |
| 1.7. Intercorrências na interposição e julgamento do recurso ..... | 1592 |

## 2 – INCIDENTES NA FASE RECURSAL

|  |      |
|--|------|
| 2.1. Do incidente de assunção de competência .....           | 1595 |
| 2.2. Do incidente de arguição de inconstitucionalidade ..... | 1598 |

|      |  |      |
|------|--|------|
| 2.3. | Do conflito de competência.....                        | 1601 |
| 2.4. | Do incidente de resolução de demandas repetitivas..... | 1602 |

## PARTE VII – TEORIA GERAL DOS RECURSOS

### 1 – MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS

|        |   |      |
|--------|---|------|
| 1.1.   | Natureza jurídica dos recursos .....  | 1615 |
| 1.2.   | O reexame necessário.....   | 1618 |
| 1.2.1. | Evolução legislativa e características gerais .....   | 1618 |
| 1.2.2. | Previsão no CPC 2015.....   | 1619 |
| 1.2.3. | A remessa necessária à luz da legislação especial.....  | 1622 |
| 1.2.4. | Processamento.....  | 1624 |
| 1.3.   | A classificação dos meios de impugnação dos pronunciamentos judiciais .....                   | 1624 |
| 1.4.   | Classificação dos recursos .....  | 1626 |
| 1.5.   | Recurso adesivo.....  | 1629 |
| 1.5.1. | Origem e nomenclatura .....   | 1629 |
| 1.5.2. | Oportunidade: momento para interposição do recurso adesivo .....                              | 1630 |
| 1.5.3. | Pressuposto: sucumbência recíproca .....  | 1632 |
| 1.5.4. | Processamento.....  | 1632 |
| 1.5.5. | Prejudicialidade ou perda de interesse recursal superveniente do recurso adesivo .....        | 1633 |
| 1.5.6. | Taxatividade do inc. II do § 2º do art. 997 do CPC e demais restrições jurisprudenciais ..... | 1633 |
| 1.6.   | Impugnação dos atos decisórios relevantes .....   | 1634 |
| 1.7.   | Extensão do recurso .....   | 1635 |

### 2 – PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO SISTEMA RECURSAL

|      |   |      |
|------|---|------|
| 2.1. | Duplo grau de jurisdição .....  | 1640 |
| 2.2. | Taxatividade.....   | 1645 |
| 2.3. | Unirrecorribilidade ou singularidade .....                              | 1646 |
| 2.4. | Fungibilidade recursal.....   | 1647 |
| 2.5. | Primazia do julgamento de mérito.....                                   | 1653 |
| 2.6. | Dialeiticidade .....  | 1655 |
| 2.7. | Superação do princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> ..... | 1656 |

### 3 – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS

|        |   |      |
|--------|---|------|
| 3.1.   | Competência para o exame de admissibilidade dos recursos .....                              | 1662 |
| 3.2.   | Conhecimento e provimento do recurso. Vícios das decisões e questões de ordem pública ..... | 1663 |
| 3.3.   | Natureza do pronunciamento judicial relativo à admissibilidade recursal .....               | 1665 |
| 3.4.   | Os pressupostos de admissibilidade dos recursos.....  | 1666 |
| 3.4.1. | Cabimento .....   | 1666 |
| 3.4.2. | Legitimidade em matéria recursal .....  | 1668 |

|           |   |      |
|-----------|---|------|
| 3.4.2.1.  | Legitimidade recursal das partes .....  | 1668 |
| 3.4.2.2.  | Situações equiparáveis .....  | 1669 |
| 3.4.2.3.  | Legitimidade recursal dos terceiros .....                                       | 1670 |
| 3.4.2.4.  | Legitimação do Ministério Público .....   | 1673 |
| 3.4.2.5.  | Legitimidade de outros sujeitos processuais .....                               | 1674 |
| 3.4.2.6.  | A hipótese do art. 77 do CPC de 2015 .....                                      | 1675 |
| 3.4.2.7.  | Legitimação recursal do advogado .....  | 1676 |
| 3.4.2.8.  | Legitimidade recursal concorrente entre advogado e sociedade de advogados ..... | 1677 |
| 3.4.2.9.  | Legitimidade recursal do <i>amicus curiae</i> .....                             | 1678 |
| 3.4.2.10. | Outros casos de legitimidade recursal extraordinária .....                      | 1678 |
| 3.4.2.11. | Legitimação recursal da autoridade coatora .....                                | 1679 |
| 3.4.2.12. | Extensão da legitimação recursal em matéria de ação popular .....               | 1680 |
| 3.4.3.    | Interesse recursal .....  | 1680 |
| 3.4.3.1.  | A sucumbência e o binômio utilidade ou necessidade .....                        | 1680 |
| 3.4.3.2.  | O interesse recursal na impugnação dos fundamentos da decisão ....              | 1682 |
| 3.4.3.3.  | Outras situações excepcionais em matéria de interesse recursal....              | 1683 |
| 3.4.4.    | Fatos extintivos, modificativos ou impeditivos da admissibilidade recursal ...  | 1685 |
| 3.4.4.1.  | Desistência (CPC, art. 998) .....   | 1685 |
| 3.4.4.2.  | Renúncia (CPC, art. 999) .....  | 1687 |
| 3.4.4.3.  | Aquiescência (CPC, art. 1.000) .....  | 1689 |
| 3.4.5.    | Tempestividade .....  | 1690 |
| 3.4.6.    | Regularidade formal .....   | 1700 |
| 3.4.7.    | Preparo (CPC, art. 1.007) .....   | 1702 |

#### 4 – EFEITOS DOS RECURSOS

|        |   |      |
|--------|---|------|
| 4.1.   | Efeito devolutivo .....                                     | 1709 |
| 4.2.   | Efeito suspensivo .....                                     | 1711 |
| 4.3.   | Efeito substitutivo .....                                   | 1714 |
| 4.3.1. | Honorários recursais .....                                  | 1715 |
| 4.3.2. | Vício de procedimento .....                                 | 1715 |
| 4.3.3. | Substituição parcial .....                                  | 1715 |
| 4.3.4. | Importância da matéria .....                                | 1716 |
| 4.4.   | Demais efeitos decorrentes da interposição do recurso ..... | 1716 |
| 4.4.1. | Efeito obstativo .....                                      | 1716 |
| 4.4.2. | Efeito regressivo .....                                     | 1717 |
| 4.4.3. | Efeito expansivo .....                                      | 1717 |
| 4.4.4. | Efeito translativo .....                                    | 1718 |

### PARTE VIII – RECURSOS EM ESPÉCIE

#### 1 – APELAÇÃO

|      |                 |      |
|------|-----------------|------|
| 1.1. | Cabimento ..... | 1721 |
|------|-----------------|------|

|        |   |      |
|--------|---|------|
| 1.2.   | Questões não preclusas resolvidas na fase cognitiva .....                     | 1722 |
| 1.3.   | A recorribilidade das sentenças parciais .....                                | 1725 |
| 1.4.   | Matérias arroladas no art. 1.015 do CPC e decididas na sentença .....         | 1725 |
| 1.5.   | A regra do § 5º do art. 1.013 do CPC.....                                     | 1725 |
| 1.6.   | Matérias arguíveis na apelação .....  | 1726 |
| 1.7.   | Sistemática de interposição e requisitos .....                                | 1726 |
| 1.8.   | Processamento da apelação: decisões unipessoais ou julgamento colegiado ..... | 1728 |
| 1.9.   | Efeitos da apelação .....   | 1729 |
| 1.9.1. | Efeito suspensivo .....   | 1730 |
| 1.9.2. | Efeito devolutivo e julgamento da causa madura .....                          | 1732 |
| 1.10.  | Inovação recursal (CPC, art. 1.014) .....                                     | 1736 |

## 2 – AGRAVO DE INSTRUMENTO

|      |  |      |
|------|--|------|
| 2.1. | Síntese das leis reformistas anteriores.....         | 1739 |
| 2.2. | Cabimento do agravo de instrumento .....             | 1740 |
| 2.3. | Hipóteses taxativas de cabimento .....               | 1746 |
| 2.4. | Forma de interposição.....                           | 1757 |
| 2.5. | Comunicação da interposição no juízo de origem ..... | 1761 |
| 2.6. | Processamento do agravo de instrumento .....         | 1763 |
| 2.7. | Julgamento colegiado.....                            | 1765 |

## 3 – AGRAVO INTERNO

|      |                                   |      |
|------|-----------------------------------|------|
| 3.1. | Cabimento (CPC, art. 1.021) ..... | 1767 |
| 3.2. | Processamento e requisitos .....  | 1770 |
| 3.3. | Julgamento .....                  | 1770 |

## 4 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

|      |   |      |
|------|---|------|
| 4.1. | Cabimento .....   | 1775 |
| 4.2. | Interposição e processamento .....  | 1780 |
| 4.3. | Julgamento.....   | 1781 |
| 4.4. | Embargos de declaração e recurso subsequente precipitado pelo adversário..... | 1782 |
| 4.5. | Prequestionamento .....   | 1782 |
| 4.6. | Efeitos dos embargos de declaração.....                                       | 1785 |

## 5 – RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

|      |                                       |      |
|------|---------------------------------------|------|
| 5.1. | Origem, nomenclatura e natureza ..... | 1791 |
| 5.2. | Cabimento .....                       | 1792 |
| 5.3. | Efeitos .....                         | 1797 |
| 5.4. | Procedimento.....                     | 1797 |

## 6 – RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO

|      |  |      |
|------|--|------|
| 6.1. | Competência recursal extraordinária do Supremo Tribunal Federal e competência recursal especial do Superior Tribunal de Justiça..... | 1799 |
|------|--|------|



|        |  |      |
|--------|--|------|
| 6.2.   | Cabimento do recurso especial.....   | 1801 |
| 6.2.1. | Alínea <i>a</i> , do art. 105, III, da Constituição Federal .....                        | 1802 |
| 6.2.2. | Alínea <i>b</i> , do art. 105, III, da Constituição Federal .....                        | 1807 |
| 6.2.3. | Alínea <i>c</i> , do art. 105, III, da Constituição Federal.....                         | 1808 |
| 6.3.   | Cabimento do recurso extraordinário .....  | 1810 |
| 6.3.1. | Alínea <i>a</i> , do art. 102, III, da Constituição .....                                | 1811 |
| 6.3.2. | Alínea <i>b</i> , do art. 102, III, da Constituição .....                                | 1812 |
| 6.3.3. | Alínea <i>c</i> , do art. 102, III, da Constituição .....                                | 1813 |
| 6.3.4. | Alínea <i>d</i> , do art. 102, III, da Constituição .....                                | 1813 |
| 6.4.   | O princípio da primazia de mérito aplicável aos recursos excepcionais.....               | 1814 |
| 6.5.   | A atribuição de efeito suspensivo aos recursos excepcionais (CPC, art. 1.029, § 5º) .... | 1816 |
| 6.6.   | Sistemática de interposição .....  | 1817 |
| 6.7.   | Interposição conjunta de recurso especial e extraordinário.....                          | 1821 |
| 6.8.   | Julgamento do recurso especial e extraordinário .....                                    | 1826 |
| 6.9.   | Repercussão geral.....   | 1829 |

#### 7 – RECURSOS REPETITIVOS

|      |   |      |
|------|---|------|
| 7.1. | A técnica dos recursos excepcionais repetitivos ..... | 1835 |
| 7.2. | Processamento dos recursos repetitivos .....          | 1839 |
| 7.3. | Ampliação do debate .....                             | 1842 |
| 7.4. | Consequências do julgamento .....                     | 1844 |

#### 8 – AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO

#### 9 – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

|      |                                     |      |
|------|-------------------------------------|------|
| 9.1. | Cabimento .....                     | 1855 |
| 9.2. | Procedimento (CPC, art. 1.044)..... | 1858 |

### PARTE IX – MEIOS IMPUGNATIVOS AUTÔNOMOS

#### 1 – DA AÇÃO RESCISÓRIA

|      |   |      |
|------|---|------|
| 1.1. | Objeto e finalidade .....                                       | 1861 |
| 1.2. | Ação anulatória .....   | 1862 |
| 1.3. | Hipóteses que dão ensejo à propositura de ação rescisória ..... | 1862 |
| 1.4. | Decisões rescindíveis que não versam sobre mérito.....          | 1864 |
| 1.5. | Legitimações ativa e passiva em matéria de ação rescisória..... | 1865 |
| 1.6. | Requisitos específicos para sua propositura.....                | 1866 |
| 1.7. | Processamento .....   | 1867 |
| 1.8. | Efeitos do julgamento.....                                      | 1868 |
| 1.9. | Prazo decadencial para sua propositura.....                     | 1869 |

#### 2 – DA RECLAMAÇÃO

|      |  |      |
|------|--|------|
| 2.1. | A reclamação constitucional e o mecanismo impugnativo previsto pelo CPC de 2015 .... | 1871 |
|------|--|------|

## 40 CURSO DE PROCESSO CIVIL COMPLETO

|      |  |      |
|------|--|------|
| 2.2. | A evolução jurisprudencial em matéria de legitimidade para sua deflagração ..... | 1872 |
| 2.3. | Natureza jurídica da reclamação.....   | 1873 |
| 2.4. | O tratamento dispensado pelo CPC 2015.....                                       | 1874 |
| 2.5. | Hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 988 do CPC .....                  | 1875 |
| 2.6. | O inciso III do art. 988 do CPC.....   | 1877 |
| 2.7. | O inciso IV, do art. 988, do CPC.....  | 1880 |
| 2.8. | Aspectos procedimentais.....   | 1880 |

3 – HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO  
DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA

**PARTE X – SISTEMA DE PRECEDENTES**

1 – SISTEMA DE PRECEDENTES

|      |  |      |
|------|--|------|
| 1.1. | O ideário da segurança jurídica .....                  | 1891 |
| 1.2. | A construção dos precedentes no direito comparado..... | 1892 |
| 1.3. | Precedente e fundamento determinante.....              | 1898 |
| 1.4. | A opção estruturante do CPC 2015 .....                 | 1899 |
| 1.5. | Os precedentes de observância obrigatória.....         | 1901 |
|      | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....                        | 1907 |